

TÍTULO DO TRABALHO

A ação da Promotoria Regional de Educação através do Grupo Educa-Ação no “Quilombo do Algodão” em Pelotas - RS

ARDUIM, FRANCISCO¹; CUNHA, Patrícia R. C. da²

¹Discente da Instituição IFISP/UFPEL – ¹farduim@yahoo.com.br

²IFISP/UFPEL – pattycunha@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a ação do Ministério Público (MP) na promoção de Políticas Públicas de promoção da igualdade racial no município de Pelotas-RS, em particular, através do Projeto Educação-Ação. O Ministério Público é uma instituição permanente do Estado brasileiro, tanto no nível federal quanto no estadual, que tem o objetivo defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, CF/88), em resumo, cabe ao MP propiciar o efetivo exercício da cidadania. Tal ocorrido permitiu a elaboração de um conjunto de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial no país conhecido como O Programa Brasil Quilombola¹ lançado em 2004. Dentre, elas, a ação do Estado volta-se de forma diretas às comunidades quilombolas, compreendidas como:

[...] grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade (COSTA, 2014).

O Programa Brasil Quilombola em sua formulação determina eixos de ação no qual a política pública deve ser estruturada, sendo eles: Acesso a Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Direitos e Cidadania. A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) do governo federal, que para sua gestão estabelece parceria com os Estados e municípios, conforme o modelo de descentralização adotado no Brasil, além de associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

O Grupo Educa-Ação é coordenado pela Promotoria Regional de Educação e dentre as ações que desenvolve buscou uma análise em relação às políticas públicas ofertadas para a comunidade quilombola do Algodão na Colônia Triunfo 4º Distrito de Pelotas.

A experiência vivenciada se desenvolveu em dois momentos: o objetivo primeiro foi o de conhecer a realidade, através da visita com o levantamento de dados em torno da necessidade real de políticas públicas para a Comunidade. Acompanhada pelo representante da comunidade, Danilo Nunes (Nilo), que relatou sobre a forma

¹ Para maiores informações acesse o Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Quilombola - acesse o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas no site <http://www.portaldaigualdade.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>.

de organização da comunidade, proporcionando ao grupo o conhecimento sobre a história de vida destas famílias e as problemáticas por eles enfrentadas na atualidade e num segundo momento a intervenção do MP, frente a exigibilidade de políticas afirmativas para esse grupo em vulnerabilidade social.

Os moradores dessa comunidade são compostos por 75 famílias que receberam a certificação das suas terras através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Eles sobrevivem de uma agricultura de subsistência, na sua grande maioria trabalham temporariamente nas lavouras dos vizinhos, pequenos agricultores, para aumentar a renda familiar.

Conforme o líder comunitário Nilo Dias, a partir de 2011 alguns moradores já contam com a bolsa família fruto do trabalho da Secretaria da Cidadania Municipal de Pelotas, mas essa ação por falta de uma rede articulada, não garante de forma significativa uma política integral e integradora nas áreas como: a segurança alimentar, saúde comunitária, o que e inclui o exame de “Anemia Falciforme”, doença característica dos afrodescendentes e que até o presente momento nenhum exame foi feito com a comunidade.

A Segurança Pública, essa ocorra de forma incipiente por falta de recursos materiais, mas mesmo assim por solicitação do MP, já se pode contar com a presença da Brigada Militar, através do Programa de Educação e Resistência as Drogas e não a Violência (PROERD), que iniciou o trabalho visitando a Escola Municipal Wilson Muller que faz parte a comunidade , para atender as séries iniciais com o tema: “o uso indevido de álcool e outras drogas e a cultura da não violência”, tendo como público as comunidades: Escolar e Quilombola.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a observação participante que ocorreu por conta de uma interação entre o entrevistador e o entrevistado e que o mesmo é uma liderança na Comunidade Quilombola do Algodão e que por conta do diálogo respondeu as indagações. Que a aproximação ocorreu a partir de uma audiência pública na cidade de Piratini em 20/05/2011 e que o entrevistador representava a direção do CMSPel , estando lá como controle social responsável pela fiscalização, avaliações e implementação das políticas públicas, constatando que de acordo com a fala do Nilo Dias a comunidade estava em vulnerabilidade social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi constatado que embora tenha ocorrido a certificação das suas terras através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que assim elegeu esse povo quilombola como beneficiário, mas que se esqueceu de inserir de forma complementar uma efetiva política de construção de cidadania, através de programas governamentais com uma rede articulada, que fosse capaz de dar visibilidade e inclusão social com acesso e qualidade nos direitos sociais e fundamentais para essa comunidade quilombola como: saúde, educação e segurança, habitação entre outros direitos. Por outro, a necessidade de inserir de forma imediata, estes sujeitos nos sistemas econômicos e socioculturais, cuja premissa permita um desenvolvimento local com sustentabilidade. Poucos adultos são alfabetizados e muitos não tem documentação, nesse último item, se inclui as crianças e adolescentes. Em relação à água, a Comunidade Quilombola do Algodão por falta de opção usa unicamente os poços artesanais no fazer do seu cotidiano. Exames feitos inicialmente pelos órgãos oficiais municipais dão conta que essa água é imprópria para beber pelo elevado níveis de coliformes fecais e

materiais pesados advindo das plantações rurais vizinha, ambos acima do permitido o que seguramente eleva os índices de adoecimento dessa população de forma silenciosa, o que mostra a indiferença do gestor municipal em relação às questões relevantes, como saúde pública. Cinquenta e oito membros da Comunidade Quilombo do Algodão, em projeto realizado pela Promotoria Regional de Educação, com apoio do grupo Educa-Ação e Secretaria da Cidadania, passaram a sede do Ministério Público Comarca Pelotas, em 14/09/2012. O objetivo do mutirão foi encaminhar documentação, receber orientação sobre saúde, higiene e cidadania.

As atividades foram realizadas das 7h30min às 18h. No horário do almoço a comunidade foi conduzida até o Restaurante Popular, onde recebeu a refeição.

PALESTRAS

Pela tarde, após as atividades, eles foram convidados a assistir as palestras. Primeiramente, o Médico homeopata Roni Quevedo falou sobre os riscos e consequências do uso de álcool e fumo. Ele ressaltou a importância dos cuidados que as mães devem ter a respeito de tais drogas durante o período de gestação. Logo após, Francisco Arduim, também componente do grupo, falou sobre saúde bucal, incentivando a comunidade à prevenção. Por último, a Enfermeira Laurita Pereira fez uma observação baseada nos resultados obtidos ao aferir a pressão dos integrantes da Comunidade. Muitos deles, inclusive crianças, apresentaram quadros de hipertensão. A partir disso, ela alertou para os bons hábitos alimentares e a substituição de alimentos industrializados por frutas e verduras.

Para o Promotor de Justiça José Olavo Passos, que coordenou as atividades, a operação é uma referência de vanguarda, pela forma como se desenvolveu, pelo trabalho realizado e pelos resultados de total sucesso obtidos.

Para concluir o evento, No total foram providenciadas 20 carteiras de identidade, quatro CPF, sete alistamentos militar, oito certidões de nascimento (sendo cinco segundas vias), e cinco cartões SUS.

Após o evento, a Promotoria entrou em contato com a Secretaria da Saúde e solicitou o imediato encaminhamento de agentes de saúde na Comunidade para a prevenção de doenças. A Promotoria continuará acompanhando e trabalhando pela consecução da plena cidadania dos quilombolas.

Foto: os organizadores e comunidade



Fonte: <http://www.mprs.mp.br/noticias/id29676.htm>

O MP diante do atual quadro de vulnerabilidade social em que se encontra essa comunidade resolveu chamar o município, o Estado e a própria União, como forma de buscar a repactuação, como meio de intervir a forma distorcida da rede, assim, ofertando serviços e programas que melhorem a qualidade de vida desse público.

4. CONCLUSÕES

Considerando que tais medidas do gestar a coisa pública, em se tratando dessa comunidade deve pautar sempre objetivando as ações afirmativas, o que a PRE e o grupo Educa – Ação se referenciam de forma estratégica na defesa dessas políticas, e que ora se apresenta como inovadora e de relevância social.

Por outro, é preciso mudar a realidade da população quilombolas que se encontra em vulnerabilidade social, conforme relatos acima citado e buscar de forma incansável a mediação no sentido de promover a justiça social, já que o Estado cobra impostos e tem que em contrapartida defender a cidadania de fato dessa comunidade, o que se faz necessário e urgente que: esse mesmo Estado, O Ministério Público e o próprio Município, busquem a repactuação como meio de intervir na forma distorcida da rede. Considerando que os objetivos propostos foram alcançados, nos permite afirmar de forma objetiva que esse trabalho do MP e do Grupo Educa-Ação são: Juridicamente legal, cientificamente sustentável e socialmente justo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Carmen Cira Lustosa. In: SÍTIO DA **SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL** — publicado 09/04/2014 11h51, última modificação 09/06/2015 16h25.

Disponível em: <http://www.portaldaigualdade.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso: dia 06.07.2015 as 17:33h.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9092007000100012

<http://juarezmachadodefarias.blogspot.com.br/2011/05/igualdade-racial-em-piratini.html>